

O universalismo europeu - a retórica do poder

A luta entre o universalismo europeu e o universalismo universal é a luta ideológica central do mundo contemporâneo e o resultado será fator importantíssimo para determinar como será estruturado o sistema-mundo futuro, no qual entraremos nos próximos vinte e cinco a cinquenta anos.

Immanuel Wallerstein

A obra do sociólogo norte-americano, Immanuel Wallerstein, trata, de maneira clara e convincente, dos mecanismos de dominação inseridos nos principais discursos construídos pelo Ocidente, como direitos humanos, democracia, meio ambiente e livre mercado. Apesar de sucinto, o livro consegue condensar os principais valores que moldaram e legitimaram as dinâmicas de poder e dominação econômica, militar e política que varreram o mundo a partir dos centros “civilizadores”. Destaca-se como questão principal

de *O universalismo europeu*: a retórica do poder, a forma com que a Europa e os Estados Unidos engendraram e perpetuaram uma estrutura ideológica de dominação em escala global, imposta às demais nações como valores universais a serem seguidos, mas que na verdade foram peças conceituais que forneceram legitimação ao exercício da sua expropriação econômica, dominação política e controle militar. A idéia de um “universalismo universal”, defendida por Wallerstein, em detrimento do europeu, desponta, na obra, como alternativa ao sistema-mundo contemporâneo que permanece reproduzindo os traços valorativos e a mentalidade dos dominadores.

A questão que hoje está diante de nós é como ultrapassar o universalismo europeu - esta última justifi-

Sebastião André Alves de Lima Filho: Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e membro da Academia de Ciências Sociais do Ceará.

cativa perversa da ordem mundial existente - rumo a uma coisa muito mais difícil de obter: o universalismo universal, que recusa as caracterizações essencialistas da realidade social, historiza tanto o universal quanto o particular, reunifica os lados ditos científicos e humanísticos em epistemologia e permite-nos ver com olhos extremamente clínicos e bastante céticos todas as justificativas de intervenção dos poderosos contra os fracos (p.118).

A análise do processo histórico demonstra as dinâmicas e os meandros do sistema-mundo capitalista que se formou a partir da dominação europeia no início do século XVI e que se tornou mundialmente hegemônico. Dessa maneira Wallerstein enfatiza que o ato de introduzir os fatos na dimensão histórica corresponde a situá-los na realidade, especialmente nesse ambiente de grandes dimensões sociais que está analisando. Ou, como ele próprio justifica, “nunca conseguiremos entender os detalhes se não entendermos o todo pertinente, já que nunca poderemos apreciar exatamente o que está mudando, como está mudando e por que está mudando” (p. 122). Os detalhes que o autor apreende com sua análise são as estruturas de idéias que impõem legitimação ao sistema-mundo capitalista e que estão passando por um período de crise e transição.

As digitais de Fernand Braudel (1995) permeiam as idéias do texto de Wallerstein quando ele utiliza a definição sistema-mundo e a percepção de que o capitalismo formado como um sistema mundializado teria assimilado gradualmente os demais sistemas até se transformar em dominante. Ao mesmo tempo, Wallerstein parece avizinhar-se da noção de processo social de longa duração de Norbert Elias ao procurar demarcar as feições seculares do sistema e de ir à contramão das tendências teóricas contemporâneas que menosprezam as grandes narrativas. Como recorda Elias (2006: 153), os sociólogos perderam, principalmente a partir da segunda metade do século XX, o interesse em construir modelos conceituais de teoria sociológica que contemplasse a interpretação do desenvolvimento social em longo prazo. Olvidamos ou colocamos em segundo plano o estudo de “como e por que, ao longo dos séculos, as sociedades tornaram-se o que são”.

Todavia as principais idéias que se destacam no livro e tiveram influência decisiva são as de Karl Marx, a começar pela importância dada à acumulação de capital, que desponta como eixo central na pro-

dução e reprodução da vitalidade do sistema-mundo modelado pelo capital. Seria a partir dos valores sedutores que circundam o capital e da difusão das suas vantagens pelo Ocidente que o capitalismo se tornou o modo de produção dominante que varreu o planeta a partir do século XVI, devastando culturas, crenças e valores comunitários, incompatíveis com a modernização conduzida pelo capital. É de talhe marxista a visão da luta entre as classes estabelecidas com bases nas relações entre os meios de produção e os agrupamentos sociais. A dicotomia entre centro e periferia é manifesta nos escritos de Wallerstein, para quem o capitalismo é um sistema hierarquizado, centrado em uma profunda divisão internacional do trabalho, impondo aos Estados-nação centrais uma competição sem limites, visando apropriar-se do excedente econômico.

A singularidade dessa obra é o exame da construção do discurso dominador, imbuído de uma auréola universalista e disseminado pelos conquistadores europeus durante a conquista das Américas, da dominação da África e do Oriente, e da produção do conhecimento científico. Ao agregar à realidade mate-

rial um conjunto de idéias que correspondem à visão daqueles que tinham o poder para impor as suas pulsões por intermédio do saber, do ferro e do fogo, o autor descortina a verdadeira face dos objetivos que conduziram a expropriação material e imaterial de culturas inteiras. Desse modo, o universalismo europeu possui veio central que acomoda essencialmente os interesses materiais dos centros de dominação.

A história do sistema-mundo tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto do mundo. Essa é a parte essencial da construção da economia-mundo capitalista. Na maioria das regiões do mundo, essa expansão envolveu conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa. Os que lideraram e mais lucraram com ela justificaram-na a seus olhos e aos olhos do mundo com base no bem maior que representou para todos os povos. O argumento mais comum é que tal expansão disseminou algo invariavelmente chamado de civilização ou progresso. Todas essas palavras foram interpretadas como expressão de valores universais, incrustados no que se costuma chamar de lei natural (p. 29).

Ao repassar o texto vemos o autor, já na introdução, examinando o material veiculado pela grande mídia internacional na atualidade. Wallerstein destaca a recorrência

aos padrões de significação que fundamentaram os discursos seculares de dominação, mais agora com outra roupagem conceitual. Toda força e magnitude da eloquência dos líderes do mundo, dos grandes conglomerados de comunicações e dos intelectuais que dão suporte teórico e conceitual ao *establishment*, recorrem ao discurso universalista como justificativa principal para suas políticas. De acordo com o autor, atualmente haveria três tipos de invocação ao universalismo. A primeira seria a pregação de que a política conduzida pelos líderes europeus baliza-se pela defesa dos direitos humanos e da democracia. A segunda, de feição etnocêntrica, declara que a civilização ocidental é superior às demais, justamente por se orientar por valores e verdades consideradas como universais. E por último, temos o argumento de que o mercado impôs sua validade científica, de forma que não há opções para os governos senão adotar as leis da economia liberal.

A conquista européia nas Américas ensejou os primeiros argumentos e debates que conduziram o processo de construção dos valores do universalismo europeu e Wallerstein ressalta, principalmente, a conquista

ta espanhola e o papel do padre Bartolomé de las Casas nesse processo. O primeiro padre ordenado no “Novo Mundo” foi de início favorável ao sistema espanhol denominado *encomienda*, que utilizava os nativos em trabalhos forçados. Contudo, após doze anos acompanhando o extermínio em massa dos ameríndios e após sua conversão espiritual, passou a condenar essa modalidade de trabalho. A sua célebre questão ainda ressoa através dos séculos: quem detém o direito de intervir, em que momento e como? Bartolomé de las Casas recebeu a resposta do padre dominicano Juan Ginés de Sepúlveda, que ofereceu quatro alegações para o domínio dos europeus no “Novo Mundo”.

Foram as seguintes as justificativas que imprimiram institucionalidade à exploração dos povos nativos:

No primeiro argumento Sepúlveda afirma que os ameríndios são bárbaros, simplórios, iletrados e não instruídos, brutos totalmente, incapazes de aprender qualquer coisa que não seja atividade mecânica, cheios de vícios, cruéis e de tal tipo que se aconselha que sejam governados por outros. A segunda diretiva propala que os índios devem aceitar o jugo espanhol mesmo que não o queiram, como retificação [*enmienda, emendentur*] e punição por seus crimes contra a lei divina e natural com os quais estão mancha-

dos, principalmente a idolatria e o costume ímpio do sacrifício humano. Já a terceira razão deduz que os espanhóis são obrigados pela lei de Deus a impedir o mal e as grandes calamidades [que os índios] infligiram, e que aqueles que ainda não estão sob o domínio espanhol continuam hoje a infligir, a grande número de pessoas inocentes sacrificadas aos ídolos todos os anos. E o quarto argumento afirma que o domínio dos espanhóis facilita a catequização cristã ao permitir que os padres católicos preguem sem perigo de serem mortos por governantes e sacerdotes pagãos (p.33-34).

Essas quatro alegações têm sido utilizadas para legitimar todas as intervenções dos civilizados na modernidade em áreas não civilizadas, mas na verdade escondem o objetivo real da conquista, que seria a aquisição de riquezas materiais.

Após mostrar as primeiras manifestações de universalismo europeu por intermédio do direito à ingerência, Wallerstein conduz para a atualidade a discussão entre Las Casas e Sepúlveda. Apregoa que o mesmo discurso universalista frequentou os episódios recentes da política internacional, como a intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Bósnia e a invasão do Iraque. Já no século XVIII as polêmicas levantadas acerca dos debates sobre a legitimidade ou ilegitimidade da dominação

colonial nas Américas se tornarão raras ou estéreis, visto que o domínio das colônias era admitido como uma atitude política, econômica e cultural legal. Porém, no século XIX, com a expansão do sistema-mundo capitalista pelo restante do mundo, principalmente pela Ásia, tal justificativa já não era suficiente, em virtude do avançado estágio cultural dos povos daquela região. Mas a mentalidade dos dominadores brancos não aceitava a possibilidade mínima de paridade cultural, sendo necessário então se afirmar moralmente como camada dominante. O desafio que despontou aos conquistadores no Oriente foi justificar por que essas culturas deveriam ser subordinadas, política e economicamente, à Europa.

Nesse momento o discurso legitimador ganhou uma nova roupagem, agregando em torno da idéia de modernidade a visão de que somente por intermédio da cultura europeia seria possível alcançar um estágio superior da evolução humana, tendo em vista que a modernidade europeia provou ser, pelo menos aos olhos dos seus formuladores e doutrinadores, a cristalização dos verdadeiros valores universais. Dessa forma emergiu a definição de

“orientalismo”, que o autor toma emprestado de Edward W. Said (1999), significando que o Ocidente observa o Oriente a partir de uma postura de superioridade com o intuito de dominar o cenário que se apresenta à sua frente - cultura, religião, mentalidade, história, sociedade.

O orientalismo partia do pressuposto segundo o qual dominação seria por um período determinado de tempo, cessaria à proporção que a cultura subordinada passasse a reproduzir os valores da modernidade forjada no Ocidente. A classe dirigente nativa se adaptou sem grandes problemas aos ideais da modernidade ocidental, ao contrário das demais camadas sociais. Contudo os europeus se arraigaram ao Oriente mais tempo do que deveriam e esse discurso começou a perder eficácia. Seu lugar é ocupado pelo discurso científico, que compõe o terceiro momento do discurso dominador.

O discurso do Orientalismo tratava da certeza de particulares essencialistas - como se é persa, como se é moderno. Mas quando esse discurso foi rejeitado como meramente subjetivo e, portanto, passível de questionamentos (não mais certo), pôde ser substituído pelas certezas da ciência, encarnadas nas premis-

sas newtonianas de linearidade, determinismo e reversibilidade temporal. Em termos culturais e políticos, isso foi traduzido pelos pensadores iluministas como as certezas do progresso, principalmente o progresso do conhecimento científico e de suas aplicações tecnológicas (p.86).

Wallerstein conclui o livro clamando os intelectuais para estarem preparados para atuar neste período de ruptura e transformação diante da perda de hegemonia do poder do universalismo europeu. Assim o intelectual deve agir em três esferas: como analista a favor da verdade; como ser moral que procura permanentemente o bem e o belo; como pessoa imbuída de consciência política que busca a unificação do verdadeiro com o bom e o belo. Os saberes constituídos em confronto com a racionalidade européia são instigados a resgatar a importância do homem e da humanidade nas decisões políticas e no caminho de uma verdadeira democracia, compreendida como elaboração humana e, assim, caminhar no sentido de um universalismo universal.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaios - Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FERNAND, Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Nota: WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu - a retórica do poder*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.